

RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.648 - SP (2016/0072634-5)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : EUCLIDES BOLINI JUNIOR
RECORRENTE : BOLINI ALIMENTOS LTDA - ME
ADVOGADO : JOSÉ LUÍS DELBEM E OUTRO(S) - SP104676
RECORRIDO : BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDAÇÃO
EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO : OLAVO PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP049142

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AÇÃO MONITORIA - Contrato de abertura de crédito rotativo - Ausência de prova da taxa de juros pactuada - Necessidade de limitação à taxa média de mercado, consoante entendimento do C. STJ - Recurso provido. ACÇÃO MONITORIA - Contrato de abertura de crédito rotativo - Inexistência de capitalização de juros, ante o próprio sistema de uso do crédito e a obrigação de compor o saldo devedor nos respectivos vencimentos - Recurso provido. ACÇÃO MONITORIA - Contrato de abertura de crédito rotativo - Exigência de tarifas - Ausência de previsão contratual — Descabimento da cobrança - Recurso não provido.

A parte recorrente sustenta que não é possível calcular a taxa média de mercado dos contratos de conta corrente antes da divulgação pelo BACEN, conforme a Circular n. 2957 dessa instituição, motivo por que os juros remuneratórios devem ser cobrados à taxa de 12% ao ano. Afirma que a capitalização dos juros foi efetivamente cobrada pela instituição financeira, devendo ser expurgada da dívida.

Incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto ao tema da forma de cálculo da taxa média dos juros remuneratórios no contrato de conta corrente, pois é estranho ao julgado recorrido, a ele faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

Outrossim, não encontra espaço a pretensão reformatória quanto à capitalização dos juros, tendo em vista a conclusão das instâncias ordinárias de que o encargo não foi cobrado. A conclusão do Tribunal revisor foi obtida pela análise do conteúdo fático dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos do enunciado 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora